



OPINIÃO



Nelson Soares

Literacia jurídica

Todos nós, ao longo das nossas vidas, temos obrigatoriamente de praticar atos jurídicos, um exemplo comum é quando compramos um café – logo aí estamos perante um negócio jurídico, sendo que uma grande maioria dos cidadãos pouco ou nada sabe de direito.

Na verdade, cada vez mais, se verifica existirem lacunas no ensino, pelo que nos dias que correm muito se fala em falta de literacia em algumas áreas, sendo a literacia jurídica uma delas. A literacia jurídica é uma competência fundamental na sociedade contemporânea. Compreender os princípios básicos do direito não é apenas uma vantagem pessoal, mas também uma necessidade para o exercício pleno da cidadania.

Antes de avançarmos no tema sobre a importância da literacia jurídica, é fundamental definir o que significa esse conceito. A literacia jurídica refere-se à capacidade de compreender e aplicar os princípios fundamentais do direito. Isso inclui entender as leis, os processos judiciais, os direitos e responsabilidades jurídicas, bem como os mecanismos de resolução de conflitos.

Pelo que não se exige que os cidadãos sejam especialistas em direito, mas sim que tenham um conhecimento básico que lhes permita orientarem-se no sistema jurídico, compreender os seus direitos e deveres e tomar decisões informadas em questões legais.

Por essa razão, a literacia jurídica capacita os indivíduos a compreenderem e defenderem os seus próprios direitos. Numa sociedade democrática, é essencial que os cidadãos tenham a capacidade de participar ativamente do sistema jurídico e proteger os seus interesses. Pelo que, a falta de compreensão das leis pode deixar as pessoas vulneráveis à exploração e injustiça.

Um nível adequado de literacia jurídica também contribui para o cumprimento da lei. Sempre que as pessoas

entendem as leis e os processos judiciais, tendem a agir de acordo com as mesmas, ajudando a promover a ordem social e a prevenir conflitos e infrações.

Uma população com um bom nível de literacia jurídica é essencial para o funcionamento saudável de uma democracia. Os cidadãos informados são capazes de tomar decisões políticas e participar do processo democrático de forma significativa, e conseguem mais facilmente avaliar criticamente as políticas e as ações do governo em relação ao sistema jurídico.

Uma maneira eficaz de promover a literacia jurídica é integrá-la nos currículos escolares, de modo a que se ensinem aos alunos os princípios básicos do direito, de modo a compreenderem os seus direitos e responsabilidades legais, e como o sistema jurídico funciona. Isso, de certo, ajudará a preparar os jovens a tornarem-se cidadãos informados e responsáveis.

Além da formação formal, é importante também promover a literacia jurídica entre adultos, através de formações, debates e palestras sobre o tema, onde podem colaborar organizações da sociedade civil, agências governamentais e instituições académicas, de modo a aumentar a literacia jurídica da população.

Em suma, a literacia jurídica desempenha um papel fundamental na capacitação dos cidadãos, no cumprimento da lei, no acesso à justiça e no fortalecimento da democracia. Promover a literacia jurídica é essencial para garantir uma sociedade justa e equitativa. Educação nas escolas, promoção de informação sobre a forma de debates, formações e palestras, com a colaboração de profissionais do direito são algumas das maneiras pelas quais se pode alcançar esse objetivo. Ao investir na literacia jurídica, estamos a investir na proteção dos direitos de todos os membros da sociedade.

Assessor na Comarca de Setúbal